



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SERVIÇO DE MANUTENÇÃO - SMAN/CAOP/DIREX/PF

Lic. TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 08211.302444/2016-89

**MODELO DE TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO
(COMPRAS)**

**MJSP-POLÍCIA FEDERAL
PREGÃO Nº/20...
(Processo Administrativo n.º08211.302444/2016-89)**

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de peças e componentes para as 04 (quatro) aeronaves, modelo Esquilo, pertencentes ao acervo da Coordenação de Aviação Operacional da Polícia Federal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	VALOR DE REFERÊNCIA	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$) para 12(doze) meses
1	PEÇAS e COMPONENTES, originais, para 04 (quatro) helicópteros do acervo da CAOP/DIREX/PF/MJSP, acrescido da TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (frete e seguro).	R\$ 1.863.122,47	15,87% equivalente a R\$ 295.677,53	2.158.800,00

1.2. Especificação do objeto

1.2.1. Os itens descritos no item anterior se referem as seguintes aeronaves:

- a. **AS350B2**, ano de fabricação 1995, prefixo **PT-HZH**;
- b. **AS350B2**, ano de fabricação 2002, prefixo **PR-HFA**;
- c. **AS355N**, ano de fabricação 2002, prefixo **PR-HFC**; e
- d. **AS355N**; ano de fabricação 2002, prefixo **PR-HFD**.

1.2.2. O item 01 (R\$ 2.158.800,00) compõe-se de dois valores conforme média das propostas encaminhadas pelas empresas: R\$ 1.863.122,47 referente à reserva da administração para possíveis gastos com peças fundados na lista de preços do fabricante da aeronave (price list); R\$ 295.677,53 referente ao percentual de taxa de administração (15,87%) sobre o primeiro valor, disponível para consulta nos autos.

- i. A composição do item decorre da unicidade na prática de mercado quanto ao faturamento único de peça somado ao frete e seguro.
- ii. O valor de R\$ 1.863.122,47 não será objeto de disputa e gera obrigação para a administração **apenas** nas peças efetivamente fornecidas, esse montante será gasto conforme a necessidade de substituição de peças da aeronave. Contudo, os licitantes disputarão a taxa de administração de R\$ 295.677,53.
- iii. Caso o valor do lance no item seja inferior a R\$ R\$ 1.816,198,44 a proposta não será aceita, passando-se à análise da segunda colocada.
- iv. A título de exemplo: Caso um licitante dê um lance de R\$ 2.158.800,00 no item, subentende-se que a taxa de administração corresponda a 15,87% (R\$ 1.863.122,47 referente à reserva da Administração e R\$ 295.677,53 de taxa de administração), e os 15,87% incidirão em todas as peças fornecidas, sobre o preço (*price list*) para custear frete e seguro.
- v. Os lances serão por menor preço, entretanto a taxa de administração será registrada em contrato.

1.3. Benefícios às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (inciso III do art. 48 da LC nº 123/2006)

1.3.1. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, no percentual de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do objeto para participação exclusiva das ME's e EPP's que atendam as exigências deste documento, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

1.3.2. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

1.3.3. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º do Decreto n. 8.538, de 2015.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A aquisição de PEÇAS e COMPONENTES é fundamental para efetivarem-se as substituições necessárias à adequada concretização dos eventos de manutenção, de forma a manterem-se as condições de aeronavegabilidade e segurança dos helicópteros operados pela CAOP/DIREX, possibilitando-se o pronto emprego desses aparelhos nas atividades de suporte aéreo demandados por operações desencadeadas pela Polícia Federal e outros órgãos.

2.2. Ademais, todas as aeronaves que sobrevoam o espaço aéreo brasileiro estão sujeitas ao Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA) e às Regulamentações Brasileiras de Aviação Civil. O RBAC-nº 43, determina execução de um programa de manutenção cujas intervenções ocorrem, de acordo com: a) número acumulado de horas voadas, b) inspeções calendárias, c) inspeções anuais de manutenção; e/ou d) correção de eventuais discrepâncias.

2.3. Para o atendimento a esses requisitos, os eventos de manutenção das aeronaves necessitam, fundamentalmente, da substituição de PEÇAS e COMPONENTES, que poderá ocorrer em decorrência dos eventos classificados em três categorias: 1) MANUTENÇÃO PROGRAMADA, ou seja, aquelas que estão contidas no programa de manutenção recomendado pelo fabricante; 2) MANUTENÇÃO NÃO PROGRAMADA, ou seja, as que podem ocorrer a qualquer momento e; 3) MANUTENÇÃO POR TEMPO LIMITE, na qual um componente deverá ser substituído antes de atingir um limite expresso em: a) Horas de voo; b) Tempo calendário; c) Número de ciclos ou operações.

2.4. Além disso, a futura contratação visa evitar uma possível interrupção do fornecimento de PEÇAS e/ou COMPONENTES **diante da proximidade do fim da vigência do contrato nº 48/2012-COAD/DLOG/DPF, em 27/12/2017**. A paralização do fornecimento desses materiais comprometeria as atividades operacionais desenvolvidas por essa Coordenação que utiliza as aeronaves citadas no presente Termo de Referência.

2.5. Do quantitativo a ser adquirido

2.5.1. Diante da inviabilidade de relacionarem-se, previamente, quais das mais de 10 mil peças que compõem um helicóptero, os componentes a serem adquiridos EM CONDIÇÕES DE USO devem englobar toda e qualquer PEÇA ou COMPONENTE das aeronaves elencadas no item 1, optou-se a disputa do certame pelo menor preço sobre o valor da TAXA DE ADMINISTRAÇÃO..

2.6. Da necessidade do Pregão Eletrônico

2.6.1. No Brasil, a revenda de peças e componentes das AERONAVES encontra-se centralizada em uma única empresa autorizada pelo fabricante, no entanto, há, em tese, a possibilidade de uma segunda empresa adquirir as PEÇAS e COMPONENTES no mercado primário e revendê-las por preços menores do que os ofertados pela empresa autorizada, em razão de diferenças nos custos da logística de entrega no destino final, quais sejam, frete, encargos administrativos e seguro, dentre outros.

2.7. As PEÇAS e/ou COMPONENTES de helicópteros são bens de consumo identificados por códigos referentes a cada parte, ou seja, o PART NUMBER, bem como pelo número de Série, código que individualiza os componentes fabricados, ou seja, o SERIAL NUMBER.

2.8. Assim sendo, tanto por não haver exclusividade na revenda de PEÇAS e/ou COMPONENTES, como pela possibilidade de variação do preço final, que é a soma do valor do PRICELIST mais incrementos diversos (fretes, tributos e outros encargos), conforme a composição dos custos operacionais da empresa fornecedora, torna-se possível modalidade de aquisição mediante a realização de processo licitatório.

3. **CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**

3.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto 5.450, de 2005, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade puderam ser objetivamente definidos neste Termo de Referência, por meio de especificações usuais praticadas no mercado em que se inserem.

4. **DA PREVISÃO DE AQUISIÇÃO POR EXCHANGE**

4.1. Ao longo da execução do anterior contrato, mostrou-se salutar a aquisição de PEÇAS e/ou COMPONENTES por meio da categoria EXCHANGE, prevista no referido instrumento contratual.

4.2. No decorrer das intervenções de manutenção nas AERONAVES, caso haja falha em PEÇA e/ou EQUIPAMENTO nelas instalado, esse item deve ser retirado do aparelho e destinado a conserto, revisão ou descarte, conforme o caso. Em algumas situações, o serviço de reparo/revisão pode ser realizado por oficina homologada situada no Brasil; em outros casos, o componente deve ser enviado para oficinas homologadas situadas em países do exterior, caso não haja oficina nacional homologada. Tanto num quanto no outro caso, a ausência de um COMPONENTE EM CONDIÇÃO DE USO sobressalente no ESTOQUE ESTRATÉGICO, o período de indisponibilidade das AERONAVES corresponderá ao tempo consumido para o restabelecimento da funcionalidade do COMPONENTE SEM CONDIÇÃO DE USO.

4.3. Demonstrada a conveniência do EXCHANGE para o interesse público, recomenda-se a previsão dessa modalidade de permuta no edital de licitação, bem como, para sua efetivação, após a aprovação dos orçamentos e apresentação de laudos e justificativas, a autoridade competente deverá transferir o domínio de propriedade do COMPONENTE SEM CONDIÇÃO DE USO ao fornecedor do COMPONENTE EM CONDIÇÃO DE USO.

4.4. Em outros casos, a depender da natureza e/ou extensão do defeito apresentado no COMPONENTE SEM CONDIÇÃO DE USO, seu conserto pode se tornar demorado e dispendioso a ponto de tornar a recuperação desvantajosa para o interesse público. Dessa maneira, a previsão do Exchange pode se tornar uma hipótese de aquisição de um componente EM CONDIÇÕES DE USO menos onerosa ao considerar-se o valor da aquisição de um componente novo.

4.5. A vantagem desse procedimento consiste em reduzir o período de indisponibilidade da aeronave, uma vez que, em regra, para restabelecer a operacionalidade da aeronave, a CAOP/DIREX deve aguardar o fim do processo de reparo do componente, para efetivar sua instalação. No caso do Exchange, o componente a ser recebido já está em condições de uso, podendo ser imediatamente instalado na aeronave, de modo a restabelecer sua pronta operacionalidade, reduzindo-se drasticamente o período de sua indisponibilidade ao voo.

4.6. EXCHANGE, prática comercial costumeira no meio aeronáutico, já prevista, para alguns itens no price list do FABRICANTE, consiste num procedimento de troca de um componente inoperante e reparável, por outro, em condições normais de uso, com pagamento de certo valor em dinheiro.

5. **DO PEDIDO, ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

5.1. A contratada deverá oferecer um meio on line para o fornecimento de orçamento, efetivação do pedido, acompanhamento e o rastreamento da entrega das peças e componentes comprados.

5.2. O prazo de entrega dos componentes de uso rotineiro, a exemplo daqueles usados em trocas sistemáticas e inspeções preventivas, deverá ser acertado no orçamento aprovado pela fiscalização de modo a atender os prazos de execução das inspeções, em remessa (única), no seguinte endereço: **Coordenação de Aviação Operacional, Aeroporto Internacional de Brasília, Setor de Hangares, Hangar 13/14, Lago Sul, Distrito Federal, CEP 71.608-900**, de segunda a sexta, no horário de 08h às 18h, exceto feriados, salvo se houver necessidade pela CAOP/DIREX/PP de entrega em horário diverso.

5.2.1. Assim que for efetivada a solicitação de orçamento pela fiscalização, a CONTRATADA terá 02(dois) dias úteis para encaminhar orçamento com valor total das PEÇAS e COMPONENTES relacionados na Solicitação de Fornecimento.

5.2.2. Nas eventuais situações em que um componente de maior complexidade sofrer algum tipo de avaria provocada por acidente e/ou incidente, pela urgência que a situação requeira, o prazo máximo para entrega será de 30 (trinta) dias.

5.3. Os componentes controlados por tempo limite de vida ou por tempo limite entre revisões deverão ser solicitados de forma pré-programada, mediante pedido antecipado da CONTRATANTE, sendo sua entrega estipulada para o prazo máximo de 30 (trinta) dias.

- 5.4. Os componentes não controlados por ficha de matrícula, utilizados nos diversos sistemas da aeronave, principalmente das áreas de elétrica e aviônicos, deverão ser entregues no prazo máximo de **08 (oito)** dias úteis.
- 5.5. O prazo para a entrega das PEÇAS e COMPONENTES poderá ser prorrogado até o dobro, se o fato impeditivo decorrer, comprovadamente, de caso fortuito ou de força maior.
- 5.6. Os casos de impossibilidade comprovada de cumprimento dos prazos estabelecidos, como por exemplo, a ausência da peça no estoque da CONTRATADA e a conseqüente necessidade de importação, deverão ser fundamentados por escrito para a CONTRATANTE para análise e posterior deliberação.
- 5.7. Os prazos deverão ser contados a partir do recebimento por parte da CONTRATADA do pedido oficial emitido pela CONTRATANTE.
- 5.8. Todas as PEÇAS e COMPONENTES deverão ser originais ou recomendados pelo fabricante.
- 5.9. No ato da entrega, as PEÇAS e COMPONENTES nacionais ou estrangeiros deverão estar acompanhados das respectivas documentações comprobatórias de conformidade e rastreabilidade (formulário SEGVVOO, FAA FORM, EASA FORM etc.).
- 5.10. A CONTRATANTE poderá, em qualquer época, requisitar os comprovantes de origem das peças, materiais e equipamentos para arquivo de rastreamento.
- 5.11. O valor das PEÇAS e COMPONENTES terá como referência a lista de preços do FABRICANTE (*price list*), incluído o valor do ICMS e outros tributos. Poderá esse valor ser acrescido de percentual relativo à TAXA DE ADMINISTRAÇÃO.
- 5.12. Os percentuais da TAXA DE ADMINISTRAÇÃO a serem cobrados no fornecimento das PEÇAS e COMPONENTES serão aqueles advindos do resultado da concorrência.
- 5.13. Qualquer alteração superveniente na lista de preços (*price list*) do fabricante, que venha a ocorrer durante a vigência do CONTRATO, deverá ser prévia e formalmente comunicada à CONTRATANTE, sob pena de não produzir efeito em relação às solicitações posteriores.
- 5.14. No fornecimento de PEÇAS e COMPONENTES à base de *EXCHANGE*, o procedimento será o mesmo adotado para as demais PEÇAS e COMPONENTES, considerando-se a avaliação para a base de troca no mercado.
- 5.15. A ocorrência do ADDITIONAL BILLING será admitida mediante comprovação por meio de laudo técnico de responsabilidade da CONTRATADA, a ser submetida à avaliação da CONTRATANTE.
- 5.16. Para faturamento das peças de origem estrangeira, será utilizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, com base na sua cotação de venda, referente ao dia anterior à data de emissão do orçamento pela CONTRATADA, conforme tabela divulgada pelo Banco Central do Brasil – BACEN.
- 5.17. Se transcorrerem mais de 30 (trinta) dias entre a data de aprovação do orçamento e a data do faturamento, sem que a CONTRATADA tenha dado causa a esse atraso, e nesse período houver uma excessiva desvalorização ou valorização da moeda estrangeira frente à moeda nacional, a taxa de câmbio constante do orçamento poderá sofrer revisão de modo a não prejudicar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.
- 5.18. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 15 (quinze) dias, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, por meio do Termo de Recebimento Provisório, onde relacionará todos os produtos recebidos, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste e na proposta.
- 5.18.1. Os produtos serão objeto de inspeção, que será realizada por servidor da COORDENAÇÃO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL e constará das seguintes fases: a) Abertura das embalagens; e b) Comprovação de que o material atende à quantidade e às especificações exigidas e não contenha avarias ou defeitos.
- 5.18.2. O período de inspeção será de 15 (quinze) dias úteis, prazo para o recebimento definitivo, contados do recebimento provisório do produto.
- 5.18.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 5.18.4. Para que haja a substituição, caso a Contratada tenha interesse na devolução do material defeituoso, deverá providenciar a retirada dele no prazo de 15 (quinze) dias úteis.
- 5.19. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, findo o prazo de inspeção e após a verificação da qualidade e quantidade do material e conseqüente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 5.19.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 5.19.2. Nos casos de substituição do material haverá o reinício do procedimento e prazos nestas condições de recebimento.
- 5.20. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6. GARANTIA DOS COMPONENTES

- 6.1. A CONTRATADA deverá se responsabilizar por todo e qualquer defeito de fabricação das PEÇAS e COMPONENTES fornecidos, independentemente de ser, ou não, a fabricante do produto;
- 6.2. A garantia do componente se dará mediante substituição do item defeituoso, exceto se a CONTRATADA comprovar que o problema da peça se deu por inadequações na instalação, operação ou manuseio.
- 6.3. Sempre que forem constatados defeitos nas PEÇAS e COMPONENTES fornecidos, a CONTRATADA deverá, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE, substituí-los no prazo de 10 (dez) dias úteis, desde que disponíveis em estoque.
- 6.4. Todo e qualquer custo proveniente da administração da garantia, tais como fretes, impostos, serviços de exclusão e reposição, despesas com deslocamento de equipes, comunicação, dentre outros, será por conta e responsabilidade da CONTRATADA, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.
- 6.5. A vigência da garantia das PEÇAS e COMPONENTES começará a partir da data de sua entrega, contadas por sequência ininterrupta de meses ou por horas de voo, o que ocorrer primeiro, conforme os prazos a seguir descritos:
- 6.5.1. **PEÇAS E COMPONENTES NOVOS:** Durante 24 (vinte e quatro) meses ou 1.000(mil) horas de voo;
- 6.5.2. **PEÇAS E COMPONENTES REVISADOS:** Durante 12(doze) meses ou 500 (quinhentas) horas de voo.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**7.1. São obrigações da Contratante:**

- 7.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
 - 7.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
 - 7.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
 - 7.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
 - 7.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
 - 7.1.6. permitir acesso dos funcionários da CONTRATADA, devidamente credenciados, às dependências da CAOP/DIREX/PF, a dados e informações necessários ao desempenho das atividades previstas;
 - 7.1.7. solicitar, formalmente o fornecimento de PEÇAS e COMPONENTES, conforme o meio disponibilizado pela CONTRATADA no item 5.1 deste Termo de Referência.
- 7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 8.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal,
- 8.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 8.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 8.5. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 8.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 8.7. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
- 8.8. Não veicular publicidade acerca dos termos deste Termo de Referência, salvo com prévia autorização da Contratante.
- 8.9. Aceitar, nas mesmas condições contratuais originais, os acréscimos e supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do CONTRATO, conforme art. 65, I, da lei nº 8.666/93;
- 8.10. Responsabilizar-se, integralmente, por eventuais danos, causados às AERONAVES e a terceiros, decorrentes de defeitos nas PEÇAS e COMPONENTES fornecidos, quando assim restar provado em procedimento investigativo oficial;
- 8.11. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do contrato relativo ao objeto deste certame, de acordo com a legislação aplicável.

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

10. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. CONTROLE DA EXECUÇÃO

- 11.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 11.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.
- 11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.3. O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. DO CUSTO TOTAL PARA CONTRATAÇÃO

- 12.1. Considerando que os preços a serem praticados pelo mercado encontram-se no *Price List* do fabricante, e tendo em vista a dificuldade em quantificar em uma lista extensiva os quantitativos a serem adquiridos, entende-se que a pesquisa de mercado será fundamentada na variação da taxa de administração que seja mais vantajosa para a administração, conforme pesquisa de preços anexadas aos autos.
- 12.2. Considerando-se os valores contratados, por órgãos que operam aeronaves similares (PMDF, Força Nacional e CBMDF);
- 12.3. Considerando-se a expectativa de utilização das aeronaves pertencentes à frota da Coordenação de Aviação Operacional, conclui-se que o custo total prévio estimado para fornecimento do objeto é de **R\$ 2.158.800,00 (dois milhões, cento e cinquenta e oito mil e oitocentos reais)**, atenderia à demanda das 4 (quatro) aeronaves esquilo operadas pela CAOP/DIREX.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
- 13.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 13.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 13.1.3. fraudar na execução do contrato;
- 13.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
- 13.1.5. cometer fraude fiscal;
- 13.1.6. não mantiver a proposta.
- 13.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 13.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 13.2.2. multa moratória de 0,2 % (zero vírgula dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- 13.2.3. multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 13.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 13.2.5. No caso de atraso da entrega ou inexecução do CONTRATO por período superior a 90 (noventa) dias, poderá a CONTRATANTE rescindir o CONTRATO, sem prejuízo das penalidades previstas na Lei de Licitações;
- 13.2.6. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 13.2.7. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 13.2.8. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 13.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 13.3.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 13.3.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 13.3.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 13.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 13.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 13.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 13.7. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 13.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
14. **DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**
- 14.9. Visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nos editais de licitação promovidos pela Administração Pública, e em atendimento ao artigo 5º e seus incisos da Instrução Normativa nº 01/2010 da SLTI/MPOG, a CAOP/DIREX/PF, quando da aquisição de bens, poderá exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:
- 14.9.4. que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO), como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- 14.9.5. que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e
- 14.9.6. que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).
- 14.10. A comprovação do disposto no item acima e seus incisos poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do presente Termo de Referência/Edital.
15. **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**
- 15.11. O presente Termo de Referência deverá ser vinculado ao contrato, como condição para aquisição de peças e componentes;
- 15.12. A CAOP/DIREX/PF será a responsável para dirimir os casos omissos ou não previstos por este Termo de Referência.
16. **ANEXOS AO TERMO DE REFERÊNCIA**
- 16.13. ANEXO I- DEFINIÇÕES DE EXPRESSÕES EMPREGADAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.

Elaborado por:

JEFFERSON DOS SANTOS CRUZ
Agente Administrativo
Mat. 14.665

De acordo:

PAULO HENRIQUE OLIVEIRA ROCHA
Delegado de Polícia Federal
Chefe SMAN/CAOP/DIREX/PF

ANEXO I

DEFINIÇÕES DE EXPRESSÕES EMPREGADAS NO TERMO DE REFERÊNCIA

- **ADDITIONAL BILLING** é o custo adicional cobrado sobre o valor básico do **EXCHANGE** para compensar o **FORNECEDOR** nos casos em que o gasto para recuperação ou substituição do **COMPONENTE SEM CONDIÇÃO DE USO** for excessivamente oneroso ou antieconômico.
- **AERONAVES** significa os helicópteros Esquilo fabricados pela Eurocopter (i) modelo AS 350 B2, número de série AS2794, de marcas de nacionalidade e matrícula PT-HZH, equipado com 1 (um) motor Turbomeca modelo Arriel 1D1, número de série 9342 (“Aeronave PT-HZH”); (ii) modelo AS 350 B2, número de série 3556, de marcas de nacionalidade e matrícula PR-HFA, equipado com 1 (um) motor Turbomeca modelo Arriel 1D1, número de série 9801 (“Aeronave PR-HFA”); (iii) modelo AS 355 N, número de série 5704, de marcas de nacionalidade e matrícula PR-HFC, equipado com 2 (dois) motores Turbomeca modelo Arrius 1A, números de série 2319 e 2379 (“Aeronave PR-HFC”) e (iv) modelo AS 355 N, número de série 5707, de marcas de nacionalidade e matrícula PR-HFD, equipado com 2 (dois) motores Turbomeca modelo Arrius 1A, números de série 2364 e 2415 (“Aeronave PR-HFD”).
- **ANAC** é Agência Nacional de Aviação Civil.
- **AOG** significa Aircraft on Ground, a designação utilizada para indicar que as **AERONAVES** não estão aptas a voar em razão de alguma pendência de ordem legal (por exemplo, falta de seguro aeronáutico obrigatório válido e em vigor) ou até que as manutenções técnicas cabíveis sejam realizadas para mantê-las em operação normal de voo, no estado de segurança exigido pela **AUTORIDADE AERONÁUTICA**. Para efeito deste **TERMO DE REFERÊNCIA**, serão consideradas **AOG** as situações em que as **AERONAVES** apresentarem problemas com **COMPONENTES** “NO GO” ou “GO IF”.
- **AUTORIDADE AERONÁUTICA** é a Autoridade da Aviação Civil (**ANAC** ou **CTA**) no Brasil responsável pela administração da aviação civil.
- **BER** - “Beyond Economical Repair” é a situação em que o custo de reparo de um determinado **COMPONENTE** é inviável economicamente ou irreversível. De acordo com o parágrafo único do art. 3º do decreto nº 99.658, de 30 de outubro de 1990, “o material considerado genericamente inservível, para a repartição, órgão ou entidade que detém sua posse ou propriedade, deve ser classificado como: (...) b) recuperável - quando sua recuperação for possível e orçar, no âmbito, a cinquenta por cento de seu valor de mercado; c) antieconômico - quando sua manutenção for onerosa, ou seu rendimento precário, em virtude de uso prolongado, desgaste prematuro ou obsolescência”. Para os efeitos deste Termo de Referência, considera-se **BER** o **COMPONENTE** cujo custo de reparo for maior que 50% (cinquenta por cento) do valor de um **COMPONENTE** novo de acordo com o “PriceList” do **FABRICANTE**.
- **BOLETIM DE SERVIÇO** é o documento emitido pelo **FABRICANTE** criando, cancelando ou modificando procedimentos de manutenção e/ou operação das **AERONAVES**. No tocante à sua implementação, um **BOLETIM DE SERVIÇO** pode ser de caráter opcional, recomendado ou obrigatório.
- **CAOP** é a Coordenação de Aviação Operacional da **DIREX/PF**.
- **CHE** significa Certificado de Homologação de Empresa. O **CHE** é emitido pela **ANAC** e atesta a homologação da empresa segundo o **RBHA 145**, definindo os padrões e classes nos quais ela está homologada para prestar serviços de manutenção aeronáutica.
- **COAD** é a Coordenação de Administração da **DLOG/PF**.
- **PEÇAS e COMPONENTES** são todas e quaisquer peças, combinação de peças, subjunção ou unidades, inclusive de motores, que exercem uma função distinta, necessária para a operação de um ou mais sistemas das **AERONAVES**. Todas as **PEÇAS e COMPONENTES** a serem fornecidos neste **CONTRATO** deverá possuir a **DOCUMENTAÇÃO** aplicável.
- **COMPONENTE EM CONDIÇÃO DE USO** é o **COMPONENTE**, novo ou usado, em condição aeronavegável, pronto para instalação nas **AERONAVES**.

- COMPONENTE “GO IF” é o COMPONENTE especificado na MEL com restrições e condições a serem atendidas para o despacho das AERONAVES.
- COMPONENTE “NO GO” é o COMPONENTE especificado na MEL como essencial para a AERONAVEGABILIDADE e operações regulares das AERONAVES e que, quando inoperante, torna inaceitável o nível segurança de voo. A falha em um COMPONENTE “NO GO” faz com que as AERONAVES fiquem sem condições para trafegar e, portanto não disponível para despacho, salvo mediante autorização especial da AUTORIDADE AERONÁUTICA, quando tecnicamente possível.
- COMPONENTE SEM CONDIÇÃO DE USO é um COMPONENTE que se tornou sem condição de uso ou que precisa ser retirado das AERONAVES para conserto, revisão ou descarte, dependendo do caso.
- CONAMA é o Conselho Nacional do Meio Ambiente. CONDIÇÃO DE AERONAVEGABILIDADE (AERONAVEGABILIDADE) é o estado obrigatório de segurança exigido pela AUTORIDADE AERONÁUTICA para manter as AERONAVES em operação normal de voo, exceto se de outra forma especificado neste Termo de Referência. A responsabilidade da CONTRATADA em manter a CONDIÇÃO DE AERONAVEGABILIDADE das AERONAVES se restringe ao fornecimento dos COMPONENTES mencionados neste Termo de Referência.
- CONTRATADA é a pessoa jurídica com a qual será celebrado o futuro Contrato de serviços de fornecimento de COMPONENTES, elaborado com base no presente TERMO DE REFERÊNCIA, observado o devido processo licitatório.
- CONTRATANTE é a Polícia Federal, cuja sede está situada no SAS Quadra 6, Lotes 9/10, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 00.394.494/0014-50, Brasília – DF, CEP 70037-900;
- CONTRATO significa o contrato administrativo a ser firmado entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA após o processo licitatório, cujo teor constará da minuta anexada ao edital do certame.
- DESCARTÁVEIS são os itens irrecuperáveis ou que não são passíveis de reparo.
- DESPESAS OPERACIONAIS ADMINISTRATIVAS são os custos indiretos envolvidos na execução contratual decorrentes dos gastos da CONTRATADA com sua estrutura administrativa, organizacional e gerenciamento de seus contratos, gastos calculados mediante incidência de um percentual sobre o somatório da remuneração, encargos sociais e trabalhistas, insumos de mão-de-obra e insumos diversos, tais como as despesas relativas a: i) funcionamento e manutenção da sede, tais como aluguel, água, luz, telefone, o Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU, dentre outros; ii) pessoal administrativo; iii) material e equipamentos de escritório; iv) supervisão de serviços; e v) seguros.
- DIRETRIZ DE AERONAVEGABILIDADE (“DA” ou “AD”) é a publicação da AUTORIDADE AERONÁUTICA que notifica os proprietários ou operadores de aeronaves, bem como autoridades de homologação estrangeiras e outras pessoas interessadas, sobre de condições inseguras que existem ou podem se desenvolver em um determinado tipo de aeronave, bem como descreve e impõe as ações corretivas cabíveis para permitir a continuação da operação daquela aeronave.
- DIREX é a Diretoria Executiva da PF.
- DLOG é a Diretoria de Administração e Logística Policial da PF. DOCUMENTAÇÃO é todo e qualquer documento exigido pelo FABRICANTE ou pela AUTORIDADE AERONÁUTICA para operação e manutenção das AERONAVES e/ou COMPONENTE, incluindo etiqueta de utilização de COMPONENTES, formulário SEGVÃO 003, certificado de conformidade, documentos pertencentes aos sistemas principais das AERONAVES, certificado de aeronavegabilidade, certificado de registro, registro de manutenção incorporados no “logbook” das AERONAVES e nos “logbooks” de seus motores e as etiquetas associadas aos COMPONENTES, indicando a idade das AERONAVES e dos COMPONENTES, as FH’s e os FC’s desde o primeiro voo das AERONAVES e/ou COMPONENTES, bem como histórico de dados de tempo decorrido e o histórico de dados ou peças com tempo de reparo atingido, sempre que aplicável.
- DOU é Diário Oficial da União.
- PF é a Polícia Federal.
- ESTABELECIMENTO DA CONTRATANTE significa o hangar da CONTRATANTE localizada no Aeroporto Internacional de Brasília, Setor de hangares, lotes 13/14, Lago Sul, Brasília, DF, CEP 71608-030.
- ESTOQUE DE TROCA é o estoque de COMPONENTES EM CONDIÇÃO DE USO de propriedade da CONTRATADA ou disponível mediante subcontratação pela CONTRATADA, alocado em sede própria.
- ESTOQUE ESTRATÉGICO é o lote de peças sobressalentes de helicópteros, adquirido por meio do Projeto Promotec/Pró-Amazônia, destinado a servir como estoque de COMPONENTES EM CONDIÇÃO DE USO para reposição de COMPONENTES SEM CONDIÇÕES DE USO das AERONAVES. O ESTOQUE ESTRATÉGICO encontra-se atualmente no ESTABELECIMENTO DA CONTRATANTE.
- EXCHANGE é a permuta, realizada com fulcro no art. 14 do Decreto nº 99.658/90, de um COMPONENTE SEM CONDIÇÃO DE USO de propriedade da CONTRATANTE por um COMPONENTE EM CONDIÇÃO DE USO fornecido pela CONTRATADA.
- FABRICANTE significa o fabricante das AERONAVES, que para efeito deste TERMO DE REFERÊNCIA, é a EUROCOPTER. FORNECEDOR é o fabricante ou o fornecedor de COMPONENTES aplicáveis aos serviços descritos neste Termo de Referência.
- HORA DE VOO (FH) é cada hora ou o tempo decorrente entre o momento em que os esquis das AERONAVES saem do solo na decolagem até o momento em que os esquis tocarem novamente o solo na aterrissagem de qualquer voo realizado pelas AERONAVES.
- INCIDENTE AERONÁUTICO é toda ocorrência, inclusive de tráfego aéreo, associada à operação das AERONAVES, que não chegue a caracterizar como um acidente, mas que afete ou possa afetar a segurança da operação.
- MANUAL DE MANUTENÇÃO é a publicação técnica desenvolvida e publicada pelo FABRICANTE que contém as técnicas, os procedimentos e as recomendações de como executar as tarefas de manutenção das AERONAVES.
- MEL significa MinimumEquipmentList, lista baseada na MMEL e validada pela AUTORIDADE AERONÁUTICA para a CONTRATANTE indicando itens e equipamentos que deverão estar operantes para realização de voo sob condições específicas. Para esclarecimento, em caso de divergência entre a MEL e a MMEL, prevalecerá a primeira.
- MMEL (“Master MinimumEquipmentList”) é a Lista Geral de Equipamento Mínimo para as AERONAVES, isto é, é uma lista elaborada pelo próprio fabricante das AERONAVES.
- OFÍCIO significa o documento a ser emitido pela CONTRATANTE para circulação com qualquer COMPONENTE que for enviado pela CONTRATANTE à CONTRATADA para fins de EXCHANGE.
- OPERADOR é a própria CONTRATANTE ou outro que ela venha a especificar, responsável pela operação das AERONAVES.

- PARTES são a CONTRATADA e o CONTRATANTE.
- RBAC é Regulamento Brasileiro de Aviação Civil.
- RBHA é Regulamento Brasileiro de Homologação Aeronáutica.
- SLL (“Service Limit Life”) é o tempo limite de serviço de todo COMPONENTE que possui tempo de vida útil limitado e que deve ser removido no tempo correto ou antes de atingir o tempo especificado. SLTI/MPOG é a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- TAXA DE ADMINISTRAÇÃO significa a taxa de markup incidente no fornecimento de PEÇAS e COMPONENTES. Sua finalidade é ressarcir a CONTRATADA das despesas com o frete e seguro relativo ao transporte desses materiais.
- TBO (“Time BetweenOverhaul”) é o número de HORAS DE VOO que podem ser realizadas por um componente entre cada revisão geral de manutenção.
- TSN (“Time Since New”) é o número de HORAS DE VOO de um COMPONENTE, acumuladas desde a sua fabricação.
- TSO (“Time SinceOverhauled”) é o número de HORAS DE VOO de um COMPONENTE desde a sua última revisão geral de manutenção.

Brasília/DF, 26 de dezembro de 2017.

Elaborado por:

JEFFERSON DOS SANTOS CRUZ
Agente Administrativo
Mat. 14.665

De Acordo:

PAULO HENRIQUE OLIVEIRA ROCHA
Delegado de Polícia Federal
Chefe SMAN/CAOP/DIREX/PF

Aprovo o presente Termo de Referência e anexo I, nos termos do artigo 9º do Decreto nº5.450/2005, a fim de atender às necessidades da CAOP devidamente justificadas no item 2.

PAULO HENRIQUE OLIVEIRA ROCHA
Delegado de Polícia Federal
Chefe SMAN/CAOP/DIREX/PF
Coordenador de Aviação Operacional em exercício



Documento assinado eletronicamente por **JEFFERSON DOS SANTOS CRUZ**, **Agente Administrativo**, em 27/02/2018, às 12:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **PAULO HENRIQUE OLIVEIRA ROCHA**, **Delegado(a) de Polícia Federal**, em 27/02/2018, às 13:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5721711** e o código CRC **0C03C0AC**.